



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

Demanda n.º 001 / 2020

1. IDENTIFICAÇÃO

Demanda (descrição resumida)	Solução de videoconferência destinada à realização de audiências e sessões telepresenciais nas unidades administrativas e judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	
Data de proposição	22/07/2020	
Demandante	Unidade Administrativa	Divisão de Serviços e Suporte aos Usuários de TIC - DSSUTIC
	Servidor (a) responsável	Alfredo Antonio de Araujo Malheiros Filho
	Ramal	85 3388.9328
	E-mail	alfredo@trt7.jus.br
Autorização superior	Unidade Administrativa	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/CGTIC - TRT7
	Gestor (a) responsável (Secretário (a))	Joarez Dallago
	Data aprovação	22/07/2020
	Assinatura	

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

Descrição da Demanda:

A videoconferência é uma tecnologia que permite comunicação de áudio e vídeo, de modo síncrono, entre pessoas em lugares diferentes. Ela possibilita algo que a chamada comum não permite: ver o seu contato e interagir visualmente com ele.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

Além disso, a videoconferência pode reunir mais de duas pessoas ao mesmo tempo e garante interatividade, como se a conversa acontecesse pessoalmente. Esta capacidade, principalmente a partir do início da pandemia causada pelo COVID-19, tem permitido manter serviços essenciais à população de forma telepresencial. Por exemplo, as audiências e sessões do Tribunal, em muitos casos, têm sido realizadas dessa forma, com Magistrados e Servidores trabalhando, igualmente, tele-presencialmente.

Os órgãos de controle externo do judiciário - CNJ e CSJT - tem se manifestado no sentido de incentivar o uso desse tipo de solução. Exemplos:

Portaria CNJ 61, de 31/03/2020 - Institui a plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, no período de isolamento social, decorrente da pandemia Covid-19

Recomendação CSJT.GVP 01/2020 - Recomenda a adoção de diretrizes excepcionais para o emprego de instrumentos de mediação e conciliação de conflitos individuais e coletivos em fase processual e fase pré-processual por meios eletrônicos e videoconferência no contexto da vigência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Essa forma de trabalho remoto tem apresentado resultados muito relevantes tanto no aspecto da produtividade como da economia e tende a se manter em uso de forma importante, mesmo após o período pandêmico que estamos atravessando. Para tanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região está adquirindo equipamentos para a captura e reprodução de áudio e vídeo para as unidades judiciárias e administrativas com a finalidade de permitir a realização de audiências, sessões, reuniões, capacitações, eventos, etc., de forma telepresencial, mesmo após o retorno das atividades normais do órgão.

**Necessidade
ou
oportunidade
e melhoria
identificada:**

(Necessidades são justificadas pelos acordãos, planejamentos estratégicos e Resoluções dos OGS (Órgãos Governantes Superiores - CNJ e CSJT).

Para viabilizar a realização de videoconferências, até este momento, o Tribunal tem se valido da solução de videoconferência incorporada à plataforma GSuite da Google. Possuímos contrato de nível "Basic" com a referida empresa e isso permite o acesso ao "Google Meet". Embora não seja específica para uso em audiências e sessões, a ferramenta com algumas adaptações dos usuários e, também, com o uso de outras soluções que a complementam, tem atendido a necessidade do Regional.

Apesar disso, diante do horizonte de continuidade da prática de atividades telepresenciais e considerando o OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.SETIC.CGGOV Nr 38/2020, vislumbramos a oportunidade de melhorar a situação atual e atender a todos os requisitos necessários para as atividades judiciais e administrativas, relacionadas ao uso de soluções de videoconferência. Além disso, uma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

solução de caráter nacional facilitaria sobremaneira a utilização por parte dos advogados e partes pela padronização em todo o Judiciário Trabalhista.

Realizamos pesquisa junto aos nossos usuários (magistrados, diretores de secretaria, secretários de turmas do TRT e chefes de audiência) para identificar um rol de requisitos e sua relevância para a atividade a ser desempenhada e chegamos à tabela abaixo:

Requisito	Google Meet	Grau
Permitir controle de acesso(sala de espera)	Não	Essencial
Permitir transmissão ao vivo para o Youtube	Não	Desejável
Permitir controle de microfones dos usuários pelo organizador	Não	Essencial
Permitir mais de um organizador por sala	Não	Desejável
Permitir a exclusão de pessoas da sessão	Sim	Essencial
Permitir customizar o grid, sendo possível fixar uma janela (Ex: intérprete de libras)	Não	Desejável
Permitir no mínimo 28 participantes no grid	Não	Desejável
Permitir inclusão de fundo de imagem para os participantes (privacidade)	Não	Desejável
Alta definição de Imagem	Sim	Desejável
Permitir acesso e participantes de forma facilitada através de envio de link	Sim	Essencial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

	Permitir agendamento de reunião em sistemas de agendas eletrônicas de modo integrado	Sim	Essencial
	Permitir inserção de marcadores na gravação	Não	Essencial
	Permitir pausar a gravação	Não	Essencial
	Possuir chat para comunicação escrita	Sim	Essencial
	Permitir compartilhamento de tela	Sim	Essencial
<p>Existem, portanto, diversos requisitos que podem melhorar a prestação dos serviços através de uma plataforma de videoconferência e que atualmente não são atendidos. Por outro lado, a versão "Basic" do GSuite deixará de possibilitar a gravação das videoconferência a partir de setembro deste ano, segundo informação obtida do nosso fornecedor. Para mantermos esse serviço será preciso uma migração para a versão "Enterprise" que apresenta custo consideravelmente maior.</p>			

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO DO CSJT

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador	Impacto no indicador
Recursos	Desenvolver pessoas e aprimorar a infraestrutura, bem como assegurar o alinhamento do orçamento à estratégia do CSJT.	Índice de Satisfação de TI (ISTI)	Alto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

Sem Vinculação Estratégica com o PE CSJT.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Prover recursos tecnológicos necessários à utilização de ferramentas de videoconferência por servidores, magistrados, partes e advogados.

Permitir reuniões de diversos formatos, com participantes remotos e com todos os requisitos que permitam a realização de atividades jurisdicionais e administrativas com segurança e eficiência e qualidade.

Permitir a participação individual ou em grupo de servidores e magistrados em videoconferências gerenciadas por outros órgãos e empresas.

Permitir a gravação de audiências e sessões de julgamentos.

Prover aos usuários dos serviços de TI, da área judicial e administrativa, recursos que apoiem a celeridade e qualidade no atendimento jurisdicional.

TIPO DE RESULTADO	Sim	Não	Detalhamento.
Ganho de produtividade	X		Maior adaptabilidade da ferramenta à atividade executada.
Redução de esforço	X		idem
Redução de custo	X		Economia com climatização e energia elétrica
Redução do uso de recursos	X		Não serão necessárias dependências físicas na modalidade de trabalho telepresencial.
Melhoria de controle		X	
Redução de riscos	X		Diminuir o risco de interromper as atividades jurisdicionais.
Determinação legal		X	
Determinação administrativa		X	
Outra (Especificar)			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

5. PROCESSO(S) DE TRABALHO(S) IMPACTADO(S)

Processo de Trabalho	Atividade impactada	Melhoria esperada	Unidades impactadas
Todos os processos de trabalho que utilizam de videoconferências	Audiências das Varas, CEJUSC, Sessões do Tribunal, Escola Judicial, Setores Administrativos, etc	Redução do risco de interrupção das atividades e maior qualidade na sua realização.	Unidades judiciárias e administrativas .

6. RISCOS DA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DA DEMANDA

Risco	Impacto do risco ao negócio
A negativa ou demora na aquisição pode causar prejuízos às atividades jurisdicionais e administrativas que dependem desse recurso tecnológico, em especial, as audiências das varas e sessões telepresenciais do tribunal.	Alto

7. RESTRIÇÕES PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

TIPO DE RESTRIÇÃO	Sim	Não	Detalhamento.
Limitação de Prazo		X	
Limitação de Custo	X		
Limitação de Equipe da Área Demandante		X	
Outra (Especificar)			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

8. PARTES INTERESSADAS

PARTE INTERESSADA	POR QUE É INTERESSADA
Alfredo Antonio de Araujo Malheiros Filho	É o responsável pela Divisão de Suporte e Sustentação aos Usuários de TIC
Joarez Dallago	Acompanha as aquisições de TI. É o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação no TRT7
Regina Gláucia de Cavalcante Nepomuceno	Solicitante de recursos ao CSJT. É a vice presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no exercício da Presidência.